

Universidade do Estado da Bahia: o *Campus* de Barreiras

NILZA DA SILVA MARTINS DE LIMA

Resumo: Este trabalho integra as reflexões construídas durante a pesquisa de Mestrado, realizada no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduc/UNEB), que apresentou como eixo central a discussão da temática *Universidade e Movimentos Sociais como espaços constituintes de educação e cidadania*. Esse recorte tem como especificidade a UNEB - *campus* de Barreiras-BA e os desafios da multicampia. Aponta também uma concepção de universidade territorializada, construída a partir de sua inserção no território, e os desdobramentos dessa relação, a partir da compreensão da universidade como instituição social.

Palavras- chave: *Campus* de Barreiras; Universidade; Território.

Introdução

O nascimento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) está inserido na lógica de expansão do ensino superior, como também na da crise vivenciada pela educação pública nos anos de 1980. Foi fundada em 1983 e está organicamente ligada ao Governo do Estado da Bahia pela Secretaria Estadual de Educação (SEC), que ainda mantém, sob sua responsabilidade administrativa e financeira, as seguintes universidades: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Das quatro universidades estaduais, a UNEB é a única presente em todo o território baiano, mantendo relações diretas com os quatrocentos e dezessete municípios por meio de seus cursos, projetos e programas. Devido a sua heterogeneidade, essa instituição apresenta algumas peculiaridades que a diferem das demais universidades estaduais da Bahia. Entre essas peculiaridades está sua estruturação em *multicampia*, de modo que estudar a UNEB é analisar essa estrutura *multicampi*, avaliando sua inserção territorial e o papel sociopoliticocultural que cada um desses *campus* exerce. Segundo Fialho (2005), “a multicampia permite o contato permanente com a multiplicidade de realidades diversas e heterogêneas” (p. 99).

Sua presença em várias regiões contribui para o desenvolvimento local, bem como para o surgimento de saberes imbricados numa dada realidade. É importante que sua atuação prestigie a identidade, a história e a cultura dessas regiões. Para que isso se concretize, suas relações político, dialéticas precisam ser cada vez mais estreitadas. Os Departamentos da Universidade, espalhados no território baiano, precisam ecoar os anseios dos atores sociais presentes na diversidade que caracteriza nosso estado. Nesse sentido, trazemos como um dos elementos de discussão desse trabalho o Departamento de Ciências Humanas situado em Barreiras, no oeste da Bahia.

A Universidade do Estado da Bahia e o Departamento de Ciências Humanas

O Departamento de Ciências Humanas de Barreiras está situado no oeste da Bahia, na cidade de Barreiras, que se encontra a quase 900 km de Salvador e a 650 km de Brasília. Essa região é conhecida nacionalmente por seu grande potencial agrícola, principalmente da agricultura de exportação, que, a partir da década de 1970, foi contemplada com financiamentos públicos e privados que contribuíram para seu crescimento. O potencial econômico é visível a partir do avanço do chamado agronegócio, que tem se afirmado na região e trazido transformações profundas no que diz respeito à economia, à sociedade, ao meio ambiente, à política e à cultura.

Nessas quatro últimas décadas, identificamos que esse território tem sido palco de profundas transformações que se têm expressado em vários aspectos, que vão desde a ampliação da logística para atender aos interesses do grande capital, até a crescente precarização socioeconômica presente em quase todos os municípios que compõem o território. É neste palco de contradições que nasce o campus da Universidade do Estado da Bahia. Segundo Carvalho (2008),

A implantação do Campus da Universidade estadual na cidade de Barreiras acompanhou o grande ciclo de desenvolvimento iniciado na década de 70 com os primeiros projetos de agricultura irrigada, acelerando-se na década de 80. Fatores como o baixo preço de terra, incentivo e financiamentos públicos, aliados às características favoráveis de solo, clima e potencial hídrico, transformou Barreiras em um dos grandes celeiros do agronegócio nacional (p. 64).

É nesse contexto de crescimento e graves problemas sociais, culturais e ambientais que temos, há trinta anos, uma instituição pública de ensino superior presente nesse território. Durante todo esse período, ela vem sendo responsável pela formação de vários profissionais através de seus bacharelados e licenciaturas.

A multicampia e as relações territoriais: faces e interfaces

Estar presente em todo o território baiano, conhecer a realidade das pessoas que ali residem, ter condições de, concretamente, contribuir para a gestão territorial é um grande desafio. A estrutura *multicampi* da UNEB tem sua origem em questões eleitoreiras, pois uma boa parte dos cursos implantados em vários municípios atendeu

aos interesses dos políticos locais. Entretanto, contraditoriamente, podem contribuir para a construção de projetos alternativos ao crescimento desigual vivenciado em nosso estado, combatendo a pobreza que ainda assola o território baiano. Sob esse arcabouço de contradições, vive a universidade em sua estrutura institucional e, ao mesmo tempo, é parte integrante do processo de reestruturação de um modelo de universidade. Silva (2006) menciona a importância da “universidade como *locus* de resistência, [...] local de confronto ideológico e disputa política” (p. 235).

Na abordagem apresentada pela autora, notamos as contradições impostas pelo modelo societal capitalista, que insiste em transformar as universidades em organizações sociais, contrariando as ações construídas pelos diversos movimentos dos educadores do ensino superior em defesa da instituição universitária. Além das disputas internas vivenciadas pela universidade, ela convive também com as questões territoriais e com projetos macro que caminham a seu lado, tal como a Reforma do Estado. Todas essas ações influenciam diretamente seus estatutos internos.

Uma das grandes batalhas atuais da universidade relaciona-se à questão da formação de seu quadro docente. As demandas apresentadas pela contemporaneidade exigem do docente qualificação, sem a qual, ele não consegue “progredir” em sua carreira profissional. A interiorização dessa qualificação ainda é extremamente precária, afirmação que se concretiza no Departamento de Ciências Humanas de Barreiras, que possui em seu quadro 89 docentes, dos quais apenas 11 são doutores. Essa realidade apresenta desdobramentos importantes, tal como o desenvolvimento e o financiamento de pesquisas e projetos que exige entre outras coisas a coordenação de doutores. Corroborando com essa análise, Gamboa (2003) apresenta a seguinte reflexão:

A pesquisa educacional foi restringida, de fato, aos programas de pós-graduação. Neste contexto, as condições para o desenvolvimento da pesquisa foram atreladas aos Planos Nacionais de Pós-Graduação e as agências de fomento direcionavam seu apoio à manutenção do binômio: pós-graduação-pesquisa. Dessa forma impossibilitou-se o desenvolvimento da pesquisa na graduação ou como pesquisa docente, independente da pós-graduação. (p. 78).

Como aponta o autor, vivenciamos os paradoxos do tripé ensino-pesquisa e extensão quando a pesquisa é pouco estimulada na graduação, sendo “deixada” para o outro nível do ensino superior, a pós-graduação. Nesse contexto, percebemos que,

embora a universidade esteja presente em “todos os cantos do Bahia”, ou seja, nos territórios, existe ainda uma carência de pesquisas, devido ao número inexpressivo de doutores e mestres. É preciso, neste momento, trazeremos à tona essas contradições: se por um lado, vive-se a pressão por produtividade para a progressão funcional, por outro, não existe política de incentivo ao trabalho, sobretudo no interior do Estado. Boa parte dos profissionais acaba conciliando o momento da formação com as atividades laborais. Muitos docentes são obrigados a deixar seu estado ou sua cidade para irem em busca da formação em pós-graduação *stricto sensu* devido ao reduzido número de vagas nos mestrados e doutorados na Bahia, o que transforma esse momento tão especial em uma luta ferrenha.

A realização de pesquisas a partir de uma visão territorial é um dos caminhos para a universidade pensar a partir do seu *locus*, colocar a serviço da sociedade a ciência que produz, como também construir, dialeticamente, novos conhecimentos com os movimentos sociais.

Chauí (2003) discute a relação que a universidade pode construir com a sociedade afirmando que:

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (p. 6).

Essa atitude conflituosa no território é fundamental, pois o mesmo é permeado por conflitos e, nessa pluralidade de saberes, são gestados e construídos novos conhecimentos. No fortalecimento dessa análise, Fialho (2005) apresenta a seguinte reflexão:

Enfim, uma universidade – qualquer universidade – tanto promove como se sujeita, interage e reage aos níveis e às condições de desenvolvimento regional e local. Numa universidade *multicampi*, esta situação é potencializada pela diversidade de campus em contato com tantas realidades distintas. A instituição universitária *multicampi* não é um fenômeno social isento das condições que produzem fenômenos sociais. [...] Sua fixação geográfica é determinada pelas forças que definem a apropriação diferenciada do território. Sua presença naquele lugar (re)ordena o uso daquele espaço. (p. 115).

Diante do exposto, podemos afirmar que o Departamento de Ciências Humanas de Barreiras, enquanto parte integrante do Território pode contribuir para sua edificação e estruturação, pois, sendo uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, deve colocar a serviço deste território os conhecimentos produzidos nas relações dialéticas que estabelece com outras instituições, bem como construir de forma coletiva e articulada novos saberes. Para que isso ocorra, é imprescindível compreender as várias interfaces que regem essa relação na elaboração de saberes que vão dialeticamente sendo construídos e reconstruídos. No entanto, essa ação ainda não se efetiva, pois a universidade continua fragmentando o conhecimento e tornando-o desprovido de significado para as pessoas ou instituições que atuam no Território.

Os desafios de uma universidade territorializada

Uma das funções políticas e pedagógicas da universidade está em colocar os conhecimentos que produz a serviço da sociedade. Para que isso ocorra, as relações dialógicas com os movimentos sociais e demais segmentos da sociedade precisam ser cada vez mais estreitadas. Nesse sentido, denominamos universidade *territorializada* aquela que vive uma relação de pertencimento com os sujeitos históricos que habitam o território, construindo parcerias, ajudando na elaboração de projetos e programas que visam às ações coletivas. A formalização dessas ações não acontece harmonicamente, pois sua territorialidade é permeada por conflitos, devido à sua constituição e o seu caráter investigativo.

Sob essa lógica de análise, a universidade apresenta, em seu bojo, a necessidade de colocar os conhecimentos construídos na prática social a serviço do bem comum. Sua presença incrustada em um Território permeado pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas projeta a sua importância articuladora e estimuladora de ações coletivas. É dessa maneira que ela se territorializa, ou seja, constrói o seu pertencimento. Pensando nesta dimensão, a universidade contribui para a elaboração de novos paradigmas e quebra de outros que foram historicamente construídos por ideais e concepções nem sempre coletivas. O Território é, acima de tudo, um local de

conflitos e confrontos de interesses, campo de combate e construção de projetos tanto com viés emancipatório, quanto com viés dominador e explorador.

Levando em consideração essa abordagem, Romano (2006) apresenta a seguinte consideração:

A universidade forma indivíduos para as mais diversas áreas do pensamento. O universo humano é o seu horizonte. Ela serve às comunidades locais no mesmo impulso em que serve a comunidade nacional internacional, e vice-versa. Toda universidade digna deste nome não se limita ao espaço e tempo da imediatez. Ela realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceberem seus problemas e esperanças em nível cósmico [...] (p. 20-21).

É, portanto, necessário estabelecer, cada vez mais, uma relação entre as demandas locais e os problemas universais. O território no qual a universidade e os movimentos sociais estão inseridos não está isolado; ele está incrustado em uma dada realidade que se articula tanto local quanto universalmente. O pensar e o agir local não podem ser descontextualizados, de modo que é preciso superar a universidade desterritorializada. Torna-se fundamental considerar que a desarticulação existente se fortalece com a implantação da Reforma do Estado Capitalista Brasileiro, que, em sua gênese, apresenta uma mudança na constituição da universidade. A esse respeito, Chauí (2001) adverte que

A Reforma do Estado transforma a educação de direito em serviço e percebe a universidade como prestadora de serviços, confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz o vocabulário neoliberal para pensar o trabalho universitário, como transparece no uso de expressões como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (CHAUÍ, 2001, p. 215).

Tal abordagem concretiza-se quando se introduz na universidade todo um discurso “neoliberalizante”, criando um fosso entre a educação enquanto direito e educação enquanto mercadoria, podendo ser vendida e comprada de acordo com a capacidade econômica de cada sujeito. Romano (2006) discute a transformação dos serviços públicos em mercadoria. Em suas palavras:

A extensa e profunda divisão social do trabalho necessária à institucionalização do capitalismo importando no desdobramento da mercadoria em dinheiro mostra, sem sombra de dúvida, que o leitmotiv da produção fundada no capital não visa ao bem-estar da sociedade, à melhoria da qualidade de vida – saúde, emprego, habitação, educação, saneamento, etc. A produção de mercadorias tem por objetivo a produção de mais-valia que se metamorfoseará em lucro, seja comercial, industrial e/ou financeiro (p. 98-99).

Essa visão mercadológica contribuiu para o crescimento das privatizações no ensino superior, o surgimento de faculdades de qualidade “duvidosa”, pois os parâmetros deixaram de ser a necessidade e o desejo da população de ter acesso à universidade, passando a ter decisiva importância o retorno econômico que essas novas instituições poderiam fornecer. Nesse mesmo aspecto, Silva (2006) menciona que,

O ensino superior sofre mudanças na sua identidade e no projeto de desenvolvimento institucional das universidades públicas. A escassez de recursos as tem levado a cuidar dos problemas emergenciais de manutenção em detrimento das questões acadêmico-pedagógicas, da consolidação da identidade institucional, do projeto de desenvolvimento sob uma perspectiva social e de uma real inclusão, ampliando-lhe o acesso e possibilitando a permanência dos que nela ingressarem. (p. 223).

Essa afirmação nos apresenta alguns aspectos importantes que vão desde a identidade da universidade, passando pela diminuição dos recursos e envolvendo a discussão da inclusão, que não é apenas o acesso, mas a permanência daqueles que nela chegam. Corroborando essa análise, observamos o que diz Frigotto (2006) em um debate envolvendo universidade e mundo do trabalho. Ele se posiciona dizendo:

A universidade pública e a educação básica de nível médio estão cada vez menos na agenda da classe burguesa brasileira detentora e associada, de forma subordinada, ao sistema capital mundial. Mesmo o ensino fundamental, que ainda não é universal, caracteriza-se por uma enorme desigualdade entre os diferentes grupos ou frações de classe social (p. 24).

Todo esse processo aponta para a importância e necessidade de construção de saberes “grávidos” de compromisso social, saberes que possam subsidiar e apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Mais uma vez, recorremos ao debate em torno das contradições que permeiam a função da universidade. Formar professores capacitados é muito importante, mas ter professores pesquisadores e comprometidos com as transformações sociais, políticas e econômicas é imprescindível nesse novo panorama mundial.

A tessitura do saber acadêmico e o compromisso com a sociedade

A tessitura de um novo conhecimento acadêmico pode concretizar-se nas relações gestadas entre a universidade e os movimentos sociais. Assim, a formação do professor precisa articular, em sua prática pedagógica, o ensino, a pesquisa e a extensão como atos políticos imprescindíveis para essa nova universidade.

O conhecimento do território e de seus atores oportuniza um redesenho dessa instituição social. A construção de projetos e programas articulados com os sujeitos sociais presentes no território sinaliza que a universidade pretende, dentro de sua complexidade, “reinventar” novas posturas pedagógicas, a partir de suas contradições, reconhecendo seus limites institucionais, fomentando a criação de novas relações sociais.

A construção e a reelaboração de novas atividades que ultrapassem o contexto de sala de aula reapresentam-se para o professor como uma possibilidade de ampliar seu fazer pedagógico, dando a este a perspectiva de construir uma nova dimensão profissional. Segundo Souza Filho (2006):

A universidade cumpre o seu papel quando forma profissionais “inconformados, inadaptados”, profissionais capazes de se indignar e de produzir indignação diante das desigualdades e das injustiças, diante da discriminação e da violência (p. 183).

A “indignação”, quando associada aos anseios dos movimentos sociais, produz novos saberes acadêmicos, que podem nortear a construção de diversas ações de enfrentamento no que se refere à disputa no campo do poder. Outro aspecto a salientar é

a discussão a respeito da qualidade universitária. Não podemos quantificá-la. No entanto, o que vemos é um ranqueamento a partir dos parâmetros estabelecidos na lógica neoliberal, pois o conceito de qualidade, como outros, foram apropriados pelo Estado e confundem o debate sobre democratização da educação. A esse respeito, Silva (2003) posiciona-se dizendo:

É importante chamar a atenção para o significado que o conceito de qualidade toma nas orientações dos organismos internacionais fomentadores de políticas educacionais, como o Banco Mundial [...] As preocupações têm se voltado para os resultados do sistema escolar e esses devem ser adequados às exigências do mundo do trabalho [...] (p. 73).

Essa discussão em torno da qualidade, portanto, não pode ser isolada do contexto da reestruturação produtiva, que atingiu em cheio o mundo do trabalho, tornando-o vulnerável e cada vez mais flexível. Nessa conjuntura tão diversa, interessamos compreender a universidade enquanto instituição pública, produtora de conhecimentos, conforme, a respeito, posiciona-se Chauí (2001).

Destacamos ainda que a discussão sobre qualidade precisa ser focada também nas relações com os movimentos sociais, que diretamente são atingidos por essa nova lógica societária. A tessitura do saber acadêmico será gestada no confronto, na formação de “intelectuais orgânicos” capazes de enfrentar e reconstruir uma nova “sociabilidade”. Essa construção, muitas vezes, enfrentará obstáculos, pois fugirá da lógica capitalista que, segundo Neves (2006), o Estado em suas reformas educacionais preconiza,

A reforma da educação superior em processo de implantação, contribui de modo significativo para a formação ético-política desse novo tipo de intelectual urbano. Elas se propõem a disseminar e consolidar uma cultura cívica, na qual o cidadão, transmutando-se de sujeito de direito para assistente social, individual ou coletivamente, assume o papel do Estado na promoção do “bem-estar social” (p. 95).

Contrariando essa concepção recomendada pelo Estado, a universidade, em sua relação dialética com os movimentos sociais, vai transformando as ações que a sociedade capitalista espera dela na formação do “sujeito em assistente social”, em uma nova reconfiguração sociopolítica e cultural. Na concretização dessas ações, é imprescindível o estabelecimento de parcerias, a construção de projetos coletivos, a elaboração e afirmação de identidades. Contudo, a desconstrução de uma lógica e a possibilidade de estruturação de outra não se efetivam de uma hora para outra. A

vivência histórica tem-nos mostrado que precisamos estar sempre vigilantes nessa construção. A elaboração do saber novo, comprometido com os movimentos sociais, nascerá das relações dialógicas que serão estabelecidas entre estes e a universidade. Segundo Dias Sobrinho (2005):

A educação, a informação e o conhecimento oferecem as melhores possibilidades para os cidadãos e as nações enfrentarem as violentas ondas globais que inundam todos os vãos e desvãos do planeta. Porém, é essencial também contar com as âncoras da pertinência e da responsabilidade social que vinculam as pessoas às suas identidades concretas, para que assim possam ver com mais clareza e propriedade o horizonte ético, a direção e sentidos do futuro a construir, como indivíduos autônomos e nação soberana (p. 245).

Nesse contexto, acreditamos que a construção dialética do saber acadêmico está entrelaçada com a afirmação dos valores éticos políticos e culturais. Sua tessitura se efetiva na relação com os movimentos sociais. Souza Filho (2006) apresenta para a universidade a tarefa de ajudar na resolução dos principais problemas da sociedade, tais como saúde, educação, violência, e direitos humanos. Todos esses desafios estão presentes no Território. A construção dessa “nação soberana” mencionada pelo autor não se efetiva fora do enfrentamento cotidiano com a diversidade de atores sociais que vivem nesse espaço social e político. Nessa luta diária, as contradições são evidenciadas, sendo fundamental a compreensão de que estas vão aflorar a cada instante, uma vez que as relações são efetivamente dialéticas.

De forma mais ampla, precisamos, a partir das realidades apresentadas no território, construir novos olhares, novas intervenções, novas posturas. Tudo isso se efetiva nos caminhos coletivos estabelecidos entre a universidade e os movimentos sociais. A crença de que essa relação é, embora conflituosa, necessária e possível contribui para que possamos estabelecer vínculos mais efetivos entre essas duas instituições. A universidade territorializada, comprometida com o seu contexto sócio-político e econômico, através de seus conhecimentos pedagógicos, contribui para a reflexão e para a elaboração de diversas formas de luta. Uma de suas tarefas políticas está na articulação de novas concepções, valores e atitudes, intervindo na produção de um conjunto de conhecimentos formados por múltiplas determinações. Essa intervenção se operacionaliza como um processo de formação no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ana Jovina Oliveira de. **Estágio supervisionado e narrativas (auto)biográficas: experiências de formação docente**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008, 216 p.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate).

GAMBOA, S. Sánchez. **As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa**. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 78-93, jun. 2003. ISSN 2539.

NEVES, Lúcia Maria W. A reforma da Educação Superior e a Formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, Ângela C. de; NEVES, Lúcia Maria W. (Orgs.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a Universidade. In: SILVA, Maria Abadia, SILVA, Ronalda Barreto (Organizadoras). **A idéia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, Ronalda Barreto. As armadilhas da Reforma da Educação Superior: As Universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Orgs.). **A idéia da Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998)**. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA FILHO, Alipio de. O ideal de universidade e sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate).

